

**CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL
E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS – CTEM
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 44ª REUNIÃO**

Datas: 2 e 3 de setembro de 2010.

Local: Espaço Cultura da Paraíba - FUNESC, localizado na Rua Abdias Gomes de Almeida, nº 800, João Pessoa/PB.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Fazenda-MF: Jefferson Milton Marinho – jefferson.marinho@fazenda.gov.br
2. Ministério da Educação-MEC: ausência
3. Ministério da Integração Nacional-MI: Raquel Cristina Pontes – raquel.cristina@dnocs.gov.br
4. Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT: Sanderson Alberto Medeiros Leitão – sanderson.leitao@mct.gov.br
5. Ministério do Meio Ambiente-MMA/SRHU: Franklin de Paula Júnior - franklin.junior@mma.gov.br
6. Ministério do Meio Ambiente-MMA/ANA: Daniela Chainho Gonçalves – daniela.goncalves@ana.gov.br
7. Ministério das Minas e Energia-MME: ausência
8. Conselho Estadual de Recursos Hídricos–CERH SP/RJ: Maria de Lourdes Rocha Freire – marial@cetesbnet.sp.gov.br
9. Irrigantes: Inocência Cândido Borges Neto - censo.borges@oi.com.br
10. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário: Jaime Teixeira Azulay – azulay@cedae.com.br
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Maria Mercedes de Souza – mmercedes@ceee.com.br
12. Comitês de Bacias Hidrográficas: Suraya Modaelli – suraya.modaelli@daee.sp.gov.br
13. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Maria Fernanda Spina Chiocchetti - m.fersc@hotmail.com
14. Organizações Técnicas - OTEP: Synara Olendzki Broch – synarab@uol.com.br
15. Organizações de Ensino e Pesquisa - OTEP: Airton Bodstein de Barros – bodstein@vm.uff.br
16. Organizações Não-Governamentais – ONG (Fonasc): Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ailtonlagoa@hotmail.com
17. Organizações Não-Governamentais – ONG (Coopermira): Nelson Reis Claudino Pedroso – nelsonpedroso@agds.org.br

DEMAIS PRESENTES:

1. Cecília de Barros Aranha (Consórcio PCJ) – cbaranha@gmail.com
2. Daniela da Cunha Lopes (Secretaria Nacional de Defesa Civil) – daniela.lopesdmd@gmail.com
3. Maria de Lourdes Barbosa de Sousa (CBH Piranhas-Açu) – lourdesousa@terra.com.br
4. Maria do Socorro Mendes (AESA/PB)

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

53 **ENCAMINHAMENTOS DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

54 **Dia 2: Item 1 - Participação no Seminário “Diálogo: Água e Desenvolvimento Econômico”:**

55 No dia 2 de setembro de 2010, às 8h, a Câmara Técnica de Educação, Capacitação,
56 Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM) do Conselho Nacional de
57 Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 44ª reunião, em João Pessoa/PB,
58 convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra. Suraya Modaeli (CBHs), tendo como relatora
59 a Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH. Os membros da
60 CTEM participaram da primeira manhã do seminário “Diálogo: Água e Desenvolvimento
61 Econômico”, organizado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do
62 Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
63 (IPEA), com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da
64 Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEMARH/PB) e Agência Nacional de Águas (ANA). O
65 seminário, que aconteceu de 1 a 3 de setembro, promoveu o diálogo sobre o impacto que o
66 desenvolvimento das atividades produtivas poderão acarretar na quantidade e a qualidade das
67 águas do nosso país, de modo a balizar a implementação da Política Nacional de Recursos
68 Hídricos. Um aspecto importante desse diálogo foi o planejamento estratégico e a inclusão da
69 dimensão ambiental, considerando as decisões tomadas pelos agentes econômicos e suas
70 implicações para as bacias hidrográficas. Programação da primeira manhã do seminário: Tema
71 1: Água e Desenvolvimento Regional – Panorama (palestras/debate) (“Água: insumo
72 indispensável ao desenvolvimento econômico dos setores produtivos nas diversas regiões
73 brasileiras” e “Uma visão do desenvolvimento econômico regional e sua interface com os
74 recursos hídricos – SEMARH/PB”); Tema 2: Água, elemento estruturante de políticas setoriais
75 e o debate nas respectivas atividades (mesa redonda). Item 2 - 3ª Reunião do GT
76 “Prevenção de desastres em recursos hídricos” e 2ª Reunião do GT “CONAGUAS”, reuniões
77 paralelas que ocorreram na parte da tarde: GT “Prevenção de desastres em recursos hídricos”:
78 Esteve presente à reunião a Sra. Daniela da Cunha Lopes, diretora do Departamento de
79 Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que contribuiu
80 com os debates. (*“A defesa civil no Brasil está organizada sob a forma de sistema,
81 denominado de Sistema Nacional de Defesa Civil- SINDEC, composto por vários órgãos. A
82 Secretaria Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, é o
83 órgão central deste Sistema, responsável por coordenar as ações de defesa civil, em todo o
84 território nacional. A atuação da defesa civil tem o objetivo de reduzir desastre e compreende
85 ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de resposta aos desastres e
86 de reconstrução, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo – federal,
87 estadual e municipal - com ampla participação da comunidade. A ação organizada de forma
88 integrada e global do SINDEC proporciona um resultado multiplicador e potencializador,
89 muito mais eficiente e eficaz do que a simples soma das ações dos órgãos que o compõem.
90 Todos os órgãos do SINDEC têm atribuições, mas a atuação do órgão municipal de defesa
91 civil, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC é extremamente importante, tendo
92 em vista que os desastres ocorrem no município. O município deve estar preparado para
93 atender imediatamente a população atingida por qualquer tipo de desastre, reduzindo perdas
94 materiais e humanas, fato constatado diariamente pela mídia. Daí a importância de cada
95 município criar a sua COMDEC. Há uma grande diversidade de desastres naturais, humanos
96 e mistos, conforme classificação adotada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e aprovada
97 pelo Conselho Nacional de Defesa Civil, a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos –
98 CODAR. A realidade brasileira, neste contexto de desastres, pode ser caracterizada pela
99 frequência dos desastres naturais cíclicos, especialmente as inundações em todo o País, seca
100 na região Nordeste e um crescente aumento dos desastres humanos, devido ao crescimento
101 urbano desordenado, às migrações internas e ao fenômeno da urbanização acelerada sem a
102 disponibilidade dos serviços essenciais. Num cenário de extensão continental, com cerca de
103 8,5 milhões km², 7.367 km de litoral banhado pelo Oceano Atlântico e 182 milhões de
104 habitantes, o Brasil apresenta-se com características regionais de desastres, onde os desastres*

105 *naturais mais prevalentes são: Região Norte - incêndios florestais e inundações; Região*
106 *Nordeste - secas e inundações; Região Centro-Oeste - incêndios florestais; Região Sudeste –*
107 *deslizamento e inundações; e Região Sul – inundações, vendavais e granizo”. Fonte: página*
108 *eletrônica da SEDEC). O grupo discutiu as seguintes propostas: 1- criação de uma câmara*
109 *técnica específica no CNRH para tratar do assunto “desastres naturais” ou incorporação a uma*
110 *CT já existente; 2- criação de GT permanente para promover a integração do tema nas câmaras*
111 *técnicas existentes; 3- aproveitamento de toda a estrutura atual dos comitês de bacias e propor a*
112 *criação de grupos voluntários nessas instâncias; 4- elaboração de Moções de recomendação*
113 *(lembrar da lei de segurança de barragens; e sugerir às empresas de abastecimento de energia,*
114 *irrigação, entre outros, que possuem barramentos, que realizem estudos de ondas de cheia para*
115 *que se conheça o problema a jusante de quantas pessoas poderiam vir a ser afetadas com algum*
116 *desastre de origem hídrica); 5- elaboração de Nota Técnica sobre o tema para o CNRH; e 6-*
117 *envolvimento da SEDEC em processos de capacitação nos comitês de bacias, ou em outros*
118 *processos a serem identificados (A SEDEC percebe a importância da articulação com os*
119 *gestores da água, identificada, inclusive, na 1ª Conferência de Defesa Civil). A presidente da*
120 *CTEM lembrou que, conforme acordado na última reunião da Câmara, o grupo também teria a*
121 *tarefa de analisar a proposta de Moção que “Recomenda a entes e órgãos integrantes do*
122 *SINGREH providências e iniciativas para efetivar a implementação dos instrumentos da*
123 *Política Nacional de Recursos Hídricos, visando a mitigação de riscos à saúde, à*
124 *biodiversidade e às atividades humanas”, com o objetivo de maior reflexão sobre o que ela*
125 *propõe e análise da possibilidade de incorporar o trabalho realizado em outra proposta a ser*
126 *definida pelo GT. Foi solicitado que os representantes das Organizações Não-Governamentais*
127 *na CTEM resgatassem o histórico do trabalho da proposta de Moção, com o intuito de auxiliar*
128 *o proponente, Conselheiro João Clímaco (ONG), na formatação de um documento que, de*
129 *forma mais clara e objetiva, expresse sua intenção, que se enquadre nas competências do*
130 *CNRH. GT “CONAGUAS”:* A CTEM foi designada, pelo plenário do CNRH, para propor aos
131 *conselheiros as diretrizes para a realização da Conferência, considerando as sugestões*
132 *apresentadas nos grupos de trabalho da Pré-Conferência Nacional de Águas, realizada entre os*
133 *dias 23 e 25 de março de 2010, em Brasília/DF. Diante disso, o grupo propôs uma Resolução e*
134 *Nota Informativa que deveriam ser encaminhadas à Câmara Técnica de Assuntos Legais e*
135 *Institucionais (CTIL) para posterior apreciação pelo plenário do Colegiado. Dia 3: Item 3 –*
136 *Aprovação da ata da 43ª reunião da CTEM: Aprovada. Item 4 – Informes da Presidência:* Neste
137 *momento houve o informe sobre o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos*
138 *(PNRH). O objetivo deste processo é avaliar os avanços e desafios dos primeiros 5 anos de*
139 *implementação (2006-2010), realizar adequações e correções de rumo, priorizar ações para*
140 *gestão integrada de recursos hídricos no período 2011-2014 e definir estratégias para a sua*
141 *implementação. Para tanto, a revisão foi programada para ocorrer de modo participativo, por*
142 *meio de duas vertentes, uma regional e outra nacional. O PNRH é um instrumento de caráter*
143 *estratégico, previsto na Lei nº 9.433/1997, voltado para orientar a implementação da Política*
144 *Nacional de Recursos Hídricos e a estruturação do SINGREH. Desta constatação deriva a*
145 *percepção de que o Plano é um processo contínuo, tendo sua primeira versão sido aprovada*
146 *para o horizonte de 2020, com revisões previstas para cada 4 anos. A SRHU/MMA tem o papel*
147 *legal de coordenar o processo de elaboração e revisão do PNRH, enquanto a Agência Nacional*
148 *de Águas deve participar da sua elaboração e supervisionar sua implementação. Já a*
149 *implementação do Plano deve ser assumida pelos entes do SINGREH, de maneira articulada e*
150 *integrada, por meio de ações para o alcance dos seus objetivos finalísticos. No primeiro*
151 *horizonte de implementação do Plano (2006-2010), as metas e indicadores foram associados ao*
152 *rendimento e ao desempenho de suas ações. Porém faltam definir os indicadores associados ao*
153 *alcance de seus objetivos finalísticos, o que deverá ocorrer no próximo quadriênio de*
154 *implementação. Nas atualizações periódicas devem ser propostos ajustes de rumo, a*
155 *incorporação de progressos na sua implementação e outros aprimoramentos, de forma a tornar*
156 *seus objetivos cada vez mais tangíveis e incorporados na gestão dos recursos hídricos do País.*

157 Etapas da revisão, já em andamento: 1- Etapa de Consulta, constituída por *Oficinas Técnicas*
158 *Regionais*, no caso da vertente regional e pelos *Seminários Diálogos com a Água*, na vertente
159 nacional (etapa que estava acontecendo naquele momento – o calendário estava disponível). 2-
160 Etapa de Consolidação, com a realização de uma oficina de âmbito nacional (*Oficina Nacional*
161 *de Consolidação do Processo Participativo*) onde as contribuições obtidas nos eventos da
162 primeira etapa seriam consolidadas em um documento propositivo de incorporações à versão
163 atualizada do PNRH, oportunizando o diálogo entre as vertentes regional e nacional (Data:
164 novembro de 2010). 3- Por fim, a etapa subsequente seria a de retorno às instâncias
165 consultadas, por meio de *Seminários Regionais* em cada uma das 12 regiões hidrográficas e do
166 *Seminário Nacional PNRH 2025: Resultados e Melhores Práticas*. Esta última etapa do
167 processo participativo deverá ocorrer após a Fase 2 da revisão, ou seja, antes da deliberação do
168 documento PNRH 2025 pelo CNRH, já que isto deverá ocorrer somente ao final de todo o
169 processo de revisão, em 2011. Item 5 – Apresentação e discussão de proposta de Resolução
170 “Institui a Conferência Nacional de Águas – CONAGUAS e estabelece princípios e diretrizes
171 para sua realização”: Toda a Câmara analisou e aprovou a proposta de Resolução e sua Nota
172 Informativa, produzida pelo grupo de trabalho. A Relatora da CTEM faria o encaminhamento à
173 CTIL. Item 6 – Apresentação do andamento dos trabalhos do GT “Prevenção de desastres em
174 recursos hídricos”: O grupo apresentou o que foi relatado no Item 2 dessa pauta. Ainda não
175 havia documento produzido pelo GT. Item 7 – Assuntos Gerais e Encerramento: Não havendo
176 outros assuntos a tratar, a Sra. Suraya Modaelli (CBHs) agradeceu a presença de todos,
177 informou que a próxima reunião aconteceria, provavelmente, em novembro, durante o Fórum
178 Nacional de Comitês de Bacias, e encerrou os trabalhos desta 44ª Reunião da CTEM.

179

180 Ata aprovada durante a 45ª Reunião da CTEM, em 24 de novembro de 2010.

181

182

183

184 SURAYA DAMAS DE OLIVEIRA MODAELLI

RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA

185

Presidente

Relatora